

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.202 - RS (2019/0337412-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : BANCO SANTANDER BRASIL S/A  
**ADVOGADOS** : ZAIRO FRANCISCO CASTALDELLO - RS030019  
JANAINE LONGHI CASTALDELLO - RS083261  
**RECORRIDO** : ELOI RODRIGUES DA SILVA  
**ADVOGADOS** : ROBSPIERRE AZZOLIN PEREIRA - RS080932B  
THIAGO SOUTO QUINTANA - RS092097

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto pelo **BANCO SANTANDER BRASIL S/A**, com amparo nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, no intuito de reformar o acórdão proferido pelo Tribunal do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fls. 130/132, e-STJ):

APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. CONTRATO DE CARTÃO DE CRÉDITO. AÇÃO REVISIONAL. JUROS MORATÓRIOS. MULTA MORATÓRIA. ABUSIVIDADE ENCARGOS AGENTE FINANCEIRO. NULIDADE DE CLÁUSULAS E N.P. VINCULADAS. INOVAÇÃO RECURSAL.

Deixa-se de conhecer do recurso da parte autora nos pontos que dizem respeito aos juros moratórios, multa moratória, encargos do agente financeiro e nulidade de cláusulas e N.P.

vinculadas porque, ao que se verifica, não foram ventilados na peça inaugural, tampouco enfrentados em sentença, de modo a caracterizar, neste momento, inovação recursal.

JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. INTERESSE RECURSAL.

Deixa-se de conhecer, no recurso da autora, dos pontos relativos aos juros remuneratórios, capitalização de juros, comissão de permanência e repetição do indébito porque, ao que se verifica, a sentença recorrida encontra-se em consonância com o pleito do recorrente e, por conseguinte, inexistente o interesse recursal.

CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3º, § 2º, CDC). Súmula 297, STJ.

PRELIMINAR DE AFASTAMENTO DA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE (ART. 400, DO CPC).

1. Na revisão de contratos submetidos à disciplina jurídica do CDC, admite-se a inversão do ônus da prova, em favor do tomador do crédito, quando constatada a hipossuficiência deste ou a verossimilhança das suas alegações.

2. Assim, o não cumprimento da diligência solicitada pelo juiz, qual seja a de acostar aos autos a documentação correspondente ao contrato

revisando, possibilita ao julgador a aplicação da presunção juris tantum de veracidade, nos termos do art. 400 do CPC, admitindo-se como verdadeiros aqueles fatos que a parte autora pretendia demonstrar com os documentos cuja juntada restou frustrada, restando afasta a preliminar suscitada.

#### **CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR.**

O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3º, § 2º, CDC). Súmula 297, STJ.

**JUROS REMUNERATÓRIOS** A limitação dos juros remuneratórios nos contratos submetidos ao Sistema Financeiro Nacional depende da comprovação da abusividade, verificada caso a caso a partir da taxa média de mercado registrada pelo BACEN à época da contratação e conforme a natureza do crédito alcançado, não se caracterizando somente pelo fato da pactuação ser em percentual superior a 12% ao ano.

Com razão a sentença que verificou que os encargos praticados no contrato ultrapassam a taxa média de mercado divulgada pelo Banco Central, cabível a sua limitação ao percentual registrado no período.

#### **CAPITALIZAÇÃO DE JUROS.**

De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a incidência da capitalização nos contratos de mútuo, em qualquer periodicidade, somente é admitida quando pactuada de forma expressa. REsp Repetitivo rig 1.388.972/SC.

Inexistindo comprovação da previsão expressa, incabível a incidência do encargo em qualquer periodicidade. Manutenção da sentença no ponto.

#### **ENCARGOS DE INADIMPLÊNCIA.**

É admitida a cobrança da comissão de permanência no período de inadimplência, cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, a qual exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual. Súmulas nº 294, 296 e 472 do Superior Tribunal de Justiça.

No caso, há previsão somente da incidência dos juros remuneratórios da inadimplência, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o devido.

Contudo, observado que a taxa de juros remuneratórios estipulada para o caso de inadimplência excede o percentual contratado para o período de normalidade da operação, o qual restou limitado à taxa média de mercado divulgada pelo Bacen, viável a sua revisão, mantendo a incidência dos juros de mora e da multa contratual, porquanto ajustados em conformidade com os parâmetros legais.

#### **DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA.**

Constatada abusividade contratual nos encargos da normalidade, resta descaracterizada a mora.

#### **REPETIÇÃO DO INDÉBITO.**

Na forma simples ou pela correspondente compensação é admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento.

#### **DEPÓSITOS JUDICIAIS.**

Considerando as abusividades constatadas nos encargos remuneratórios do contrato entabulado entre as partes, possível os depósitos judiciais

mensais ofertados.

NEGATIVAÇÃO.

Observada a orientação jurisprudencial do STJ, constatadas irregularidades na contratação, cabível a proibição ao réu de inscrever o nome do contratante nos órgãos de proteção do crédito.

APELO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. APELO DA PARTE RÉ DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram parcialmente acolhidos para corrigir erro material relativamente à distribuição do ônus da sucumbência (fls. 157/163, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial, o Recorrente aponta, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 4º, IX, da Lei 4.595/64 e 5º da MP 2170-36/01. Sustenta, em síntese: (i) o Tribunal de origem não poderia limitar os juros remuneratórios à taxa média de mercado, pelo simples fato de estar acima da média; (ii) deve ser permitida a capitalização mensal de juros; e (iii) todos os requisitos para a caracterização da mora estão presentes.

Sem contrarrazões (fl. 188, e-STJ), e após decisão de admissão do recurso especial (fls. 190/202, e-STJ), os autos ascenderam a esta egrégia Corte de Justiça.

É o relatório.

Decide-se.

O inconformismo **merece prosperar em parte**.

**1.** Na espécie, a Corte local considerou abusiva a taxa de juros remuneratórios no contrato celebrado, de maneira que rever tal entendimento demandaria o reexame do arcabouço fático probatório dos autos, providência vedada na via eleita, a teor do óbice da Súmula 7/STJ.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO. REEXAME DO CONTRATO E DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem interpretação de cláusula contratual ou revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

**2. O Tribunal de origem, mediante a análise da prova dos autos e os parâmetros definidos no Recurso Especial Repetitivo n. 1.061.530/RS a respeito dos juros remuneratórios em contratos bancários, afastou a alegação de abusividade da taxa cobrada, afirmando, inclusive, a contratação abaixo da média de mercado divulgada pelo Bacen. Desse modo, a alteração do desfecho conferido ao processo atrai o óbice das mencionadas súmulas.**

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1312897/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 30/09/2019, DJe

03/10/2019)

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. LIMITAÇÃO À TAXA MÉDIA DE MERCADO. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA. FALTA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DO VERBETE 283 DA SÚMULA/STF. NÃO PROVIMENTO.

1. O STJ consolidou o seguinte entendimento em julgamento de demanda repetitiva: "Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados." (REsp 1.112.879/PR, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Segunda Seção, DJe de 19.5.2010)

**2. Na hipótese, o Tribunal de origem reconheceu a abusividade da taxa de juros remuneratórios ao avaliar o contexto fático e probatório dos autos, razão pela qual a revisão da conclusão adotada esbarra no óbice descrito na Súmula 7/STJ.**

3. "O reconhecimento da abusividade nos encargos exigidos no período da normalidade contratual (juros remuneratórios) descaracteriza a mora". (REsp 1.061.530/RS, Rel. Ministra Nancy Andrichi, Segunda Seção, DJe de 10.3.2009).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1412287/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 10/09/2019, DJe 18/09/2019)

**2. Quanto à cobrança de juros capitalizados, o acórdão merece reforma, pois destoa do entendimento firmado pelo STJ.**

Na hipótese, o Tribunal de origem, a despeito de consignar que no contrato firmado há previsão de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal (fl. 142, e-STJ), afasta a possibilidade de capitalização dos juros.

No entanto, conforme entendimento desta Corte Superior "*a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal já permite a cobrança da taxa efetiva anual contratada*" (AgInt na Rcl 37.933/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, **SEGUNDA SEÇÃO**, julgado em 14/08/2019, DJe 21/08/2019).

Confira-se:

AGRAVO INTERNO. RECLAMAÇÃO. APLICAÇÃO DE TESE REPETITIVA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DISTINGUISHING.

**1. A Segunda Seção, no julgamento do REsp n 973.827/RS sob o regime dos recursos repetitivos, permitiu a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/3/2000, desde que expressamente pactuada, acrescentando que a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal já permite a cobrança da taxa efetiva anual contratada.** Outrossim, no REsp 1.112.879/PR, pacificou

a tese de que "nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente".

[...]

(AgInt na Rcl 37.933/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/08/2019, DJe 21/08/2019)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DE PRODUÇÃO DE PROVAS. JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE. AUSÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PREVISÃO NO CONTRATO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. NÃO PROVIMENTO.

[...]

2. Nos contratos bancários não se aplica a limitação da taxa de juros remuneratórios em 12% ao ano.

3. A capitalização mensal de juros é legal em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31.3.2000, desde que expressamente pactuada. **A previsão no contrato de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.**

4. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1443474/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/09/2019, DJe 24/09/2019)

3. No tocante ao apontado dissídio jurisprudencial quanto à caracterização da mora, verifica-se que a parte recorrente não logrou indicar o dispositivo de lei federal cuja interpretação tenha sido divergente entre os Tribunais. De modo que, deixando a parte recorrente de assim proceder, fica deficiente a fundamentação do recurso, incidindo o disposto na Súmula 284/STF.

Com efeito, *"O recurso especial fundamentado no dissídio jurisprudencial exige, em qualquer caso, que tenham os acórdãos - recorrido e paradigma - examinado o tema sob o enfoque do mesmo dispositivo de lei federal. Se a divergência não é notória, e nas razões de recurso especial não há a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da divergência de interpretação à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula n. 284 do Supremo Tribunal Federal, a inviabilizar o conhecimento do recurso pela alínea "c" do permissivo constitucional"* (AgInt no REsp 1680099/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 02/02/2018).

Nesse sentido, confirmam-se os recentes precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CONJUGADO COM DANOS MORAIS E MATERIAIS. PROTESTO REGULAR. SUPERVENIÊNCIA DE PAGAMENTO. CARTA DE ANUÊNCIA. ENTREGA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROTESTO. BAIXA. DANO MORAL DEVIDO. REDUÇÃO. SÚMULA Nº 7/STJ. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. RELAÇÃO CONTRATUAL. DISSÍDIO DEFICIÊNCIA. SÚMULA Nº 284/STF. SÚMULA Nº 83/STJ.

(...)

**6. Em não sendo a divergência notória, e nas razões de recurso especial não havendo a indicação de qual dispositivo legal teria sido malferido, com a consequente demonstração da eventual ofensa à legislação infraconstitucional, aplica-se, por analogia, o óbice contido na Súmula nº 284/STF, a inviabilizar o conhecimento do recurso também pela alínea "c" do permissivo constitucional.**

(...)

(AgInt no AREsp 1169647/MS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 12/03/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DE DISPOSITIVO LEGAL OBJETO DA DIVERGÊNCIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284 DO STF. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

**1. O conhecimento do recurso especial, pela alínea c do permissivo constitucional, exige a indicação de qual dispositivo legal teria sido objeto de interpretação divergente, sob pena de incidência da Súmula 284 do Supremo Tribunal Federal. Precedentes do STJ.**

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1119408/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 14/02/2018)

**4.** Do exposto, com fundamento no art. 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, conheço e dou parcial provimento ao recurso especial para permitir a capitalização mensal de juros e, por conseguinte, redistribuo o ônus sucumbencial na proporção de 70% para o recorrido e 30% para o recorrente, observada a gratuidade de justiça.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator